

Formação e Movimentação de Públicos em Contextos Embaraçosos: o Caso da Exploração Sexual Infantojuvenil no Vale do Jequitinhonha¹

Laura Nayara Pimenta
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

Resumo

As pesquisas sobre formação e movimentação de públicos concentram seu olhar nas condições que propiciam a coletivização de uma causa, que possibilitam que ela se torne pública, ou seja, alcance determinadas condições de publicidade que a tornarão menos ou mais visíveis, disponíveis e generalizáveis. Nesse esteio, a intenção deste artigo é levantar alguns elementos que obstaculizam essa coletivização, tendo em vista contextos perpassados por embaraços, como é o caso da exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, em que impera o medo, a coerção, a violência, o patrimonialismo, o machismo, o silêncio.

Palavras-chave: Mobilização social; Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Condições de Publicidade; Embaraços; Tabus.

1. Introdução

A fim de romper com a política punitiva e repressiva que predominava na cultura menorista, movimentos em favor da infância e adolescência ganham força nos anos 1980, quando as organizações da sociedade civil, inspiradas em outros movimentos como o de mulheres, o das desigualdades raciais e o de defesa do meio ambiente, iniciam uma luta para mudança no marco legal dos direitos infantojuvenis. Tal movimentação cresceu juntamente com o processo de redemocratização e, aproveitando o momento político da Assembleia Constituinte, colocou o país na vanguarda internacional ao incluir na nova Constituição Brasileira, promulgada em 1988, um capítulo já em consonância com a Doutrina de Proteção Integral. Além disso, o novo texto constitucional expressava claramente que a criança e o adolescente deveriam ser tratados com prioridade absoluta, como cidadãos de direitos (SDH, 2010).

Nessa esteira, o Brasil foi o primeiro país a promulgar um marco legal específico para a proteção das crianças e dos adolescentes – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990. Em seu artigo 5º, o ECA determina que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho (GT 4) Relações Públicas, política e sociedade, atividade integrante do XIII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990). Nesse sentido, a população infantojuvenil precisa crescer num ambiente que permita o seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, psicológico e social, em condições de liberdade, dignidade e cidadania.

O ECA também imputa ao Estado, à sociedade civil, ao setor privado e à família o dever de proteger e garantir um desenvolvimento pleno e saudável para as crianças e adolescentes, “pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990, Art. 18). Cada um desses entes, no âmbito de suas respectivas atribuições e no uso de seus recursos, está legalmente compelido a colocar entre seus objetivos preferenciais o cuidado às crianças e aos adolescentes, à preservação da sua cidadania.

Mesmo diante dos avanços do aparato jurídico e da atuação dos movimentos sociais e organizações não governamentais, persiste no Brasil um quadro de violação dos direitos infantojuvenis, de desrespeito à cidadania dessa população. Tal quadro aponta que grande parte da sociedade brasileira ainda não rompeu com a cultura menorista, autoritária, centralizadora, patriarcal, machista e patrimonialista. A dificuldade em reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos é um dos fatores que acaba perpetuando a ocorrência de violências como a exploração sexual infantojuvenil (ESCA), que permanece sendo um problema para o país e fere profundamente a cidadania e dignidade das crianças e dos adolescentes.

A exploração sexual se define como uma violência contra crianças e adolescentes, que se caracteriza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. Operacionalmente, a ESCA implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e uma violação de direitos e liberdades individuais da população infantojuvenil (CECRIA, 2000). Ela é uma das mais graves infrações de direitos e interfere diretamente no desenvolvimento da sexualidade saudável e nas dimensões psicossociais da criança e do adolescente, causando danos muitas vezes irreparáveis. A existência desses danos, somada a um cenário de vulnerabilidade social, reforça um ciclo vicioso de transtornos que afetam a toda a sociedade, como o tráfico de drogas, o aumento do índice de violência e criminalidade, a ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis, dentre outros.

Diferentemente do abuso sexual, muitas pessoas veem a ESCA como uma escolha pessoal da criança e do adolescente, como se estes quisessem se prostituir e sentissem prazer nisso. Também existe o argumento do legado familiar – “se a mãe é prostituta, a filha também será”. Nessa situação, mudar a concepção de que a ESCA não é um problema individual, confinado a âmbitos privados, bem como envolver as pessoas no enfrentamento, se torna um

desafio. Isso, porque, além da necessidade de desnaturalizar a exploração sexual, modificando a mentalidade da população, é preciso desconstruir antigas e novas relações de poder coercitivas – como as estabelecidas pelo adultocentrismo, pelo narcotráfico e pelo crime organizado – que impactam em como as pessoas problematizam, ou não, a ESCA.

Considerando esse cenário, no presente artigo pretende-se realizar uma reflexão sobre os fatores que obstaculizam a coletivização da ESCA – que é permeada por tabus e relações de poder que fazem silenciar – tornando-a menos ou mais visível e ordenando uma constelação de engajamentos, de sensibilizações e de mobilizações em seu entorno. Para tanto, será examinado o caso da região do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, que apresenta uma situação de pobreza e problemas sociais evidentes, é cortada pela BR-116 (popularmente conhecida por seus vários pontos de ESCA) e mantém um persistente e naturalizado quadro de exploração sexual infantojuvenil.

O raciocínio, desta forma, será ancorado na dinâmica comunicacional de formação e movimentação de públicos nos processos de mobilização social (CEFAÏ, 2017a; 2017b; HENRIQUES, 2012; 2013; 2017) e, também, na abordagem de Zerubavel (2006) sobre as dinâmicas de silenciamento de questões problemáticas. Do ponto de vista empírico, serão analisados os obstáculos à coletivização da ESCA no Vale do Jequitinhonha e, conseqüentemente, à mobilização dos públicos para enfrentá-la, tendo em vista alguns fatores que evidenciam seu silenciamento nos contextos locais daquela região, como parte de uma pesquisa empírica mais ampla que lá realizamos.

2. Formação e movimentação de públicos para a coletivização de causas

Nossa visão de mobilização social está estreitamente associada à noção de formação e ação de grupos sociais que se formam a partir da percepção de situações problemáticas na realidade. Nesta perspectiva, interessa-nos pensar a formação dos públicos tendo em vista o processo através do qual um evento/fato é identificado como problemático nas interações de grupos sociais ou indivíduos inseridos em espaços específicos e buscando influenciar as orientações, concepções, controvérsias e argumentos sobre uma situação específica.

Para Dewey (1954), a existência de um público está pautada em duas dimensões: o sofrer e o agir. Em primeiro lugar, o público sofre. Ele “consiste no conjunto de pessoas que são afetadas pelas conseqüências indiretas de uma transação” (DEWEY, 1954, p. 15, tradução

nossa²), sendo constituído a partir de uma situação específica e por meio das interações entre os sujeitos. Conforme Silva (2017), afetado, o público reage, empenhado em interferir na situação problemática, produzindo e compartilhando sentidos, posicionando-se e fazendo escolhas, assumindo, nesse desenrolar, um papel de agente. Na leitura do autor sobre Dewey, o sofrer e o agir são indissociáveis e figuram na própria essência do que é um público. Assim, para que um público se constitua, as pessoas precisam perceber-se como afetadas por um dado acontecimento ou ação, empenhando-se em um processo de problematização de tal situação.

Henriques (2010, 2017) incorpora essa perspectiva de Dewey em seus estudos comunicacionais sobre a formação e movimentação dos públicos. Para o autor, a primeira condição para a formação/movimentação de públicos ao redor de uma causa, ou seja, para a coletivização desta, é que os sujeitos reconheçam a existência de aspectos problemáticos em uma situação, percebam que há algo incômodo na sua realidade. Apenas esse reconhecimento de uma situação problemática, entretanto, não é o bastante para a formação de uma causa pública. Cefai (2017a) argumenta que tal construção também está fundamentada na indagação que as pessoas fazem sobre uma variedade de situações indesejáveis, prejudiciais, nefastas, cruéis, injustas, desastrosas e angustiantes. Assim, a indagação confere espécies e graus de responsabilidade moral e legal e faz emergir figuras de culpados e de vítimas, defensores, juízes e reparadores, dando lugar a contra-indagações. Para o autor, “ao atribuir causas, ao interpretar motivos, ao prever consequências, ao avaliar riscos, ao imputar responsabilidades e ao imaginar soluções, a indagação organiza um campo de intervenção. (...) a indagação faz do distúrbio um problema e, do problema, um problema público” (CEFAI, 2017a, p.199).

Alinhado com essa perspectiva, Henriques (2010) postula que uma condição precípua de coletivização de uma causa/problema público é o processo de compartilhamento das percepções por meio das interações. Também destaca que somente reconhecer a existência de um problema não é o suficiente para a formação de uma causa pública, pois, para que isso ocorra, é basilar uma passagem da dimensão individual, em que “eu” percebo um problema, para uma dimensão coletiva na qual “nós” observamos um problema e entendemos que ele nos afeta e que seja postulado publicamente. Essa “condição pública, enfim, não deriva simplesmente da visibilidade conferida a uma causa. Ela depende também da formação e da movimentação de públicos que possam publicamente sustentá-la, sob condições contingentes e mutáveis” (HENRIQUES, 2012, p.10).

² No original: “The public consists of all those who are affected by the indirect consequences of transactions”.

Em sua leitura de Dewey, Silva (2017) ressalta que os sujeitos nem sempre conseguem ter clareza sobre o que lhes afeta e sobre os interesses que perpassam os acontecimentos, tampouco sobre as situações problemáticas. Ele pontua que os públicos podem ser, de fato, lentos para se formarem, pois, para isso, é necessária uma percepção sobre determinados problemas que nem sempre se apresentam de maneira clara para as pessoas, situações que abarcam temáticas por vezes complexas e distantes da realidade dos cidadãos, como é o caso da exploração sexual de crianças e adolescentes. Além de lentos, Silva destaca que os públicos também são voláteis, uma vez que as percepções das pessoas sobre os problemas que lhes afetam não são fatos estáveis, mas sim produto de trocas comunicativas e disputas de sentido entre os sujeitos. “As percepções, assim como as opiniões, são produtos de um constante processo de (re)formulação, sofrendo alterações perante o próprio caminhar de uma controvérsia, assim como pela interação entre os diferentes atores e forças sociais” (SILVA, 2017, p.188).

Diante disso, Henriques (2012, p.9-10) ratifica que

tanto a formação como a movimentação de públicos dá-se por meio de intensas e constantes trocas comunicativas, no sentido de que os sujeitos necessitam pôr em comum suas percepções, opiniões, preferências, valores, crenças, conhecimentos e interesses e também por meio da geração de vínculos entre os sujeitos que resultam do defrontamento e do esforço despendido em compartilhar e gerar algo em comum. A própria dinâmica dessas trocas promove uma ininterrupta atualização do processo de formação do interesse público assim constituído⁶. Isso chama a atenção para o processo de geração de uma causa social como um processo interativo aberto e complexo, que mantém com o processo mobilizador uma relação de reflexividade.

O autor ressalta que a viabilidade e a existência de sentidos mais amplos que são acionados por uma causa/problema público também são fundamentais para mobilizar os públicos. Estes só atuam quando acreditam na existência de possibilidades de mudanças, quando se veem como agentes capazes de transformar uma realidade por meio de um esforço coletivo, ancorando suas ações no interior de quadros valorativos socialmente aceitáveis, demonstrando para os sujeitos um sentido moral na proposta de atuação do grupo. De forma análoga, Cefai (2017a, p.209) entende que a causa se fortalece quando “crescem o grau de mobilização dos múltiplos atores e o grau de ressonância junto a numerosos auditórios/públicos”. Para ele, as dinâmicas de mobilização são correlatas às dinâmicas de “problematização” e de “publicização” (CEFAI, 2009).

Henriques *et. al* (2013, p.36), pensam a mobilização social como uma “reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público”. Tal processo envolve o compartilhamento de discursos, visões e

informações e, portanto, exige comunicação no seu sentido mais amplo. Mafra (2010, p.116), por sua vez, define a mobilização social como um processo “circular, dinâmico e recursivo; como num *looping* autoprodutivo”, em que as interações comunicativas entre os sujeitos produzem e conformam novos modos de pensar e agir. O autor ainda ressalta que “para que as pessoas se sintam mobilizadas num âmbito social, é necessário que a causa, por sua vez, esteja ao mesmo tempo materializada simbolicamente em cada sujeito e no conjunto de todos os sujeitos reunidos” (MAFRA, 2010, p.116).

Entretanto, o que acontece quando os sujeitos concordam tacitamente em ignorar algo de que eles estão cientes e sabem que é problemático? Pode-se afirmar que é possível acontecer uma mobilização social acerca de questões que trazem constrangimentos e negações, como é o caso da exploração sexual de crianças e adolescentes? Como fazer com que uma questão embaraçosa, que gera uma negação social, rompa o cerco silencioso e se coletivize? As teorias sobre a mobilização social pouco consideram um cenário em que há a negação e o silêncio sobre a situação problemática, onde existem coerções e violências que cerceiam até mesmo o falar das pessoas e que acabam por se tornarem tabus.

Eis que é preciso buscar elementos que possam esclarecer a dinâmica desse silenciamento. Dentre os vários fatores que obstruem as condições de publicidade da ESCA estão não só alguns muito evidentes – como o fato de ser essa prática associada a sistemas amplos de violência e de corrupção, ao tráfico e consumo de drogas e álcool, à clandestinidade do universo criminoso, mas também a outros elementos mais sutis que, em seu conjunto, fazem calar as vozes que possam denunciá-la e constroem as práticas de enfrentamento no terreno público, algo que é comum no grande universo de questões atinentes à defesa dos direitos humanos.

3. Silêncios, negação social e medo: obstáculos e impedimentos à mobilização

Ao pesquisar sobre os aspectos sociais do processo de observação, o sociólogo israelense Eviatar Zerubavel ficou intrigado com o fato de certas questões nitidamente visíveis e problemáticas serem ignoradas ou silenciadas. Cada vez mais consciente do impacto altamente negativo a longo prazo desse silenciamento, tanto nos indivíduos quanto em grupos inteiros, o autor desenvolveu uma reflexão sobre a dinâmica interpessoal na qual as pessoas “bloqueiam” certos assuntos de entrar em uma conversação pública, criando o que ele denominou como *conspiracy of silence*.

Para Zerubavel (2006), uma conspiração de silêncio acontece quando um grupo de pessoas concorda tacitamente em ignorar algo de que eles estão cientes. Esse silêncio, ao

contrário do que se possa imaginar, não gira em torno de questões imperceptíveis, mas envolve assuntos altamente visíveis que os sujeitos deliberadamente tentam evitar. Conhecimentos comuns que, por serem verdades incômodas, quase nunca são discutidos em público e tendem a ser ignorados ou até mesmo negados. Tal postura decorre da nossa necessidade de evitar a dor. “Quando a consciência de algo angustiante ameaça nosso bem-estar, muitas vezes nós ativamos as comportas internas que impedem a informação perturbadora de entrar em nossa consciência” (ZERUBAVEL, 2006, p. 5, tradução nossa³).

Nas conspirações de silêncio, a obviedade da situação problemática é tanta que o autor utiliza a metáfora do “elefante na sala” para caracterizá-la. O “elefante na sala” evoca qualquer objeto ou assunto de que todos estejam definitivamente conscientes, mas que ninguém está disposto a reconhecer publicamente. Estar em silêncio, desse modo, envolve mais do que apenas ausência de ação ou de voz, pois as coisas sobre as quais os sujeitos silenciam são de fato ativamente evitadas. Todavia, o autor ressalta que somente quando o problema é ignorado ou negado em conjunto por todos, de fato estamos lidando com uma conspiração de silêncio. Isso porque esta constitui um esforço coletivo de negação, exige colaboração e envolve todo um sistema social.

Nesse esteio, Zerubavel (2006) aponta que a separação daquilo que notamos/noticiamos do que ignoramos é longe de ser natural. É, na verdade, o resultado de pressões, o produto de normas sociais de atenção destinadas a separar o que convencionalmente consideramos notável do que cogitamos como mero ruído de fundo. Desse modo, perceber e ignorar são ações realizadas por membros de comunidades que têm convenções sociais particulares de atenção e comunicação. Então, quando percebemos ou ignoramos algo, fazemos como integrantes de comunidades sociais específicas, guiados por normas e restrições que, muitas vezes, são articuladas sob a forma de tabus que afetam o que consideramos como problemas sociais.

Os tabus limitam a forma como processamos a informação, são essencialmente caracterizados por uma forte ênfase no afastamento, na proibição do olhar e do ouvir, o que também interfere no falar. Aqueles que os desafiam ou ignoram são considerados desviantes sociais (ZERUBAVEL, 2006). O medo de contrariar esses tabus e sofrer retaliações pode constranger os sujeitos e fazer com que eles fiquem cada vez mais envoltos no cerco do silêncio.

Entretanto, não são apenas essas pressões sociais que controlam o alcance da atenção. As relações de poder – no caso deste artigo, aquelas estabelecidas pelo adultocentrismo, pelo

³ No original: “When awareness of something particularly distressful threatens our psychological well-being, we often activate inner floodgates that block the disturbing information from entering our consciousness”.

narcotráfico e pelo crime organizado, coercitivas ou não – também estabelecem os limites do discurso aceitável, bloqueiam o acesso à informação e sua circulação, pois o debate e o livre fluxo de informação desestabilizam suas estruturas, fragilizam sua capacidade de controle. Como instância de poder, os media também determinam o que é relevante para os públicos, influenciando, inclusive, o tempo que a atenção destes realmente dura.

Além da ação dos tabus e da influência das relações de poder, as conspirações de silêncio são fortalecidas pela reiteração do silêncio, pela proximidade do problema, pelo número de “conspiradores” e pelo tempo em que são mantidas. “A razão pela qual é tão difícil falar sobre o elefante na sala é que não só ninguém quer ouvir, mas ninguém quer falar sobre não ouvir” (ZERUBAVEL, 2006, p. 53, tradução nossa⁴). Esta postura confere ao silêncio um caráter auto-reforçador e, como em qualquer outra forma de negação, não reconhecemos que estamos silenciando, negando, assim, a negação.

No que se refere à proximidade do problema, quanto mais próximo dele, mais pressão para negar a sua presença. No caso de violações sexuais contra crianças e adolescentes, por exemplo, as famílias das vítimas são as mais propensas a desencorajar a abertura e, assim, promover o silêncio. Elas temem a retaliação ou, simplesmente, fazem vista grossa ao problema, visando proteger a integridade familiar (ZERUBAVEL, 2006).

Outro elemento que torna o silêncio mais pesado e retumbante é o número de pessoas que participam da “conspiração”. Quanto mais pessoas ignoram o problema, mais difícil é que sejamos convencidos de que ele realmente existe, como nossos próprios sentidos nos dizem. O fato de ninguém mais ao nosso redor reconhecer a existência de um problema tende a torná-lo mais assustador. Assim, quebrar um silêncio viola não apenas a vontade de alguns indivíduos, mas todo um tabu social coletivamente sagrado, evocando, assim, um intenso sentimento de medo. Ademais, a intensidade do silêncio é afetada, também, pelo tempo que conseguem mantê-lo.

Paradoxalmente, Zerubavel (2006) afirma que embora a pressão para participar de conspirações de silêncio aumente à medida que estas se tornam maiores e mais longas, as oportunidades para acabar com elas também aumentam. À medida que o silêncio se torna mais pesado, há mais chances que ele seja quebrado, que ele saia da penumbra e vá para o olhar público. Quebrar o silêncio, desse modo, envolve reconhecer a existência do problema em condições de publicidade.

⁴ No original: “Indeed, the reason it is so difficult to talk about the elephant in the room is that “not only does no one want to listen, but no one wants to talk about not listening”.

Zerubavel (2006) ressalta que para uma conspiração de silêncio acabar, é preciso um esforço colaborativo que envolva todo um sistema social. Outrossim, é necessário que não haja mais conspiradores para mantê-la viva. Isso acontece à medida que mais pessoas se unem para quebrar o silêncio, o que gera um ponto de inflexão, onde a crescente pressão social sobre os conspiradores restantes anula a pressão social para continuar negando. Aqui entram em ação os movimentos sociais, cuja razão de ser é aumentar a conscientização pública sobre problemas sociais, minando os silêncios, levando uma questão à tematização.

Não obstante, os conspiradores de silêncio podem tentar ativamente desviar a atenção dos quebradores de silêncio, esforçando-se para desacreditá-los, ridicularizá-los e coagi-los a manter o silêncio. Tais táticas de retaliação são projetadas, também, para intimidar qualquer outra pessoa que considere quebrar a conspiração de silêncio, o que de fato impede possíveis insurgências. Nesses casos, Zerubavel (2006) aponta a mídia, o humor e os movimentos sociais como atores importantes para fazer frente às retaliações, pois é através deles que um problema vem a público.

Considerando os aspectos levantados nesta seção, pode-se perceber que nem sempre as pessoas estão dispostas a desenvolver indagações sobre questões problemáticas, quanto mais tematizá-las publicamente. A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma destas questões que as pessoas não querem ver, ouvir ou falar. A fim de se investigar de forma mais detalhada os fatores que compõem a dinâmica desse processo de silenciamento (e de negação do problema) e de como os diversos atores, preocupados com a situação, buscam lidar com isso, na próxima seção será analisado o caso da ESCA no Vale do Jequitinhonha.

4. Exploração sexual infantojuvenil no Vale do Jequitinhonha: violências, tabus e silêncios

Localizado na mesorregião nordeste do Estado de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha é uma região que abriga inúmeras contradições. De um lado o Vale é celebrado por sua cultura popular, possui inúmeras riquezas naturais e, por outro, apresenta baixos índices de desenvolvimento humano, situações de pobreza extrema, persistentes quadros de fome e de violência, com todo um conjunto de mazelas associadas às fortes desigualdades sociais. Neste cenário florescem diversos tipos de violência, dentre elas, a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ademais, o Vale é cortado pela BR-116 que, em 2003, foi apontada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizada pelo Congresso Nacional, como uma das principais rotas da exploração sexual

infantojuvenil (CONGRESSO NACIONAL, 2004). Após as constatações da CPMI de 2003, o assunto da exploração sexual ganhou visibilidade pública e veículos de imprensa de alcance nacional realizaram séries de reportagens sobre a questão, trazendo ainda mais à tona a vulnerabilidade da região e reforçando, com isso, sua estigmatização⁵.

Depois das revelações da CMPI, diversas providências foram tomadas nas cidades expostas. Houve uma movimentação da sociedade civil, das organizações não governamentais, de universidades e das prefeituras da região para enfrentar o problema, através da criação de estratégias de conscientização das famílias, de incentivo às denúncias, de formação profissional dos adolescentes, para que eles pudessem ter alternativas de trabalho e de palestras nas escolas (HENRIQUES; PIMENTA, 2015).

Entretanto, o encerramento ou enfraquecimento de vários programas governamentais nos âmbitos federal e estadual, somados à aprovação da Emenda Constitucional n.º 55, que restringe os já escassos gastos públicos com a assistência social e com a saúde, desestimulou a articulação regional e limitou ainda mais a atuação do poder público no enfrentamento da ESCA. Além disso, as entidades não-governamentais atuantes na região também sofreram, nos últimos anos, uma retração de recursos e, conseqüentemente, diminuíram sua capacidade de atuação.

Ainda que o combate à ESCA tenha perdido fôlego, ela continua sendo uma realidade constatada pelos profissionais que atuam diretamente no atendimento socioassistencial de famílias, pelos educadores sociais das diversas ONGs que agem na região e pelos dados do Disque-denúncia do Ministério de Direitos Humanos, que no período de 2012 a 2016 registrou 67 denúncias de ESCA no Vale do Jequitinhonha. Todavia, esse número de denúncias não demonstra a real dimensão do problema, tendo em vista que a maioria da população silencia sobre a questão, tem medo de denunciar. Mas, quais fatores levam a esse silenciamento? Por que a sociedade não assume seu papel imputado pela Constituição e pelo ECA de zelar pelas crianças e adolescentes vitimados, considerando-os prioridade absoluta? O que constrange o tratamento deste tema no espaço público?

⁵ Dentre as principais séries de reportagens realizadas podemos citar a produzida pela equipe de jornalismo do SBT, em janeiro de 2009, sob a coordenação do repórter Sérgio Utsch. Intitulada “Jequitinhonha: infância à venda”, a série consistiu em cinco reportagens: 1) Denúncia de exploração sexual no Vale do Jequitinhonha; 2) As faces dos exploradores de menores em Minas Gerais; 3) Órfãos de pais vivos; 4) Gravidez juvenil altera rotina de meninas no Jequitinhonha; 5) Cultura é esperança do “Vale da Prostituição Infantil”. Disponível em: <<https://tvuol.uol.com.br/video/sbt-reportagem-denuncia-exploracao-sexual-no-jequitinhonha-0402306EE0896326>>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

Nas pesquisas empíricas realizadas pela autora no período de 2015 a 2018 para sua tese de doutoramento⁶, pudemos observar pelo menos cinco fatores que compõem a dinâmica desse silenciamento sobre a ESCA no Vale do Jequitinhonha e conseqüentemente influem em suas condições de publicidade e problematização: a naturalização da prática, o estigma sociocultural, a privacidade das vítimas, a violência estrutural e a concorrência com outras agendas.

a) *Naturalização da prática* – Assim como o “elefante na sala” evocado por Zerubavel (2006), a prática da ESCA no Vale é um assunto de que a grande maioria da população está ciente que existe, mas que poucos estão dispostos a reconhecer publicamente. No período anterior à CPMI de 2003, as pessoas viam as meninas e os meninos “se oferecendo” na beira da pista da BR-116, uma prática por vezes naturalizada como sendo uma forma que as crianças e adolescentes encontravam para tirar suas famílias da fome. Depois do trabalho da CPMI, o *modus operandi* da ESCA mudou, deslocou-se da pista, mas, ainda é perceptível. Basta fazer um passeio nas noites da maioria das cidades da região para ver crianças e adolescentes em bares, boates e até em portas de hotéis sendo aliciados por adultos. Esses meninos e meninas “vendem” seus corpos em troca de presentes, de bebidas, de drogas, de comida e até mesmo de ingressos para shows. As pessoas veem isso acontecer, mas, não assumem que ali está ocorrendo uma exploração sexual, fazem vista-grossa. Para muitas delas, a criança ou adolescente que se encontra em tal situação está ali “porque quer”, “porque gosta”, “porque é safado(a)”, “porque é natural de gente desse tipo”. Outrossim, é recorrente o argumento do legado: “Ah, a mãe dessa aí é prostituta. A filha só tá fazendo o que a mãe faz”, ou “Essa aí aprendeu em casa. É safada igual a mãe”. Tais discursos são frequentemente combinados com outros que justificam a prática como algo culturalmente enraizado, fazendo parte da paisagem da região.

b) *Estigma sociocultural* – Este fator está estreitamente associado às questões midiáticas. Quando são veiculadas grandes reportagens de denúncia de ESCA nas localidades do Vale, principalmente nas cidades cortadas pela BR-116, as pessoas sentem-se estigmatizadas. Além da mácula do “Vale da Miséria”, surge na mídia o “Vale da Prostituição Infantil”. Todavia, esse estigma gera sentimentos paradoxais. Ao mesmo tempo que as pessoas concordam que seja feita a denúncia, que o problema de fato existe e deve ser combatido, elas se sentem constrangidas pelo rótulo que a mídia cria e que, conseqüentemente, influencia na

⁶ Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, sob a orientação do Professor Doutor Márcio Simeone Henriques e defendida no dia 12 de fevereiro de 2019, intitulada “Processos mobilizadores em contextos embaraçosos: a atuação dos agentes implementadores no enfrentamento à exploração sexual infantojuvenil no Vale do Jequitinhonha”.

forma como as pessoas de fora da região a reconhecem. É comum ouvir da população: “A TV só vem aqui pra mostrar coisa ruim. Aí o povo fica falando que o Vale é terra de ninguém. É terra de prostituição infantil. Será que lá na capital não tem isso pro povo mostrar não?”. Esse rótulo negativo incomoda as pessoas do Vale e leva, muitas vezes, a uma postura de não querer falar sobre o problema.

c) *Privacidade das vítimas* – O inciso V do Artigo 100 do ECA, que descreve os princípios que regem as medidas específicas de proteção aos direitos infantojuvenis, postula que a promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente devem ser efetuadas seguindo o respeito pela intimidade, pelo direito à imagem e pela reserva da vida privada (BRASIL, 1990). Além disso, a Norma Operacional Básica dos profissionais do Sistema Único de Assistência Social, que são um dos principais responsáveis pelo atendimento das vítimas de ESCA, solicita a proteção da privacidade dos usuários, observando o sigilo profissional, preservando sua intimidade e resguardando sua história de vida (FERREIRA, 2011). Tais prerrogativas de privacidade incidem sobre a forma como a questão da ESCA é tratada publicamente, pois não há como apontar diretamente para as vítimas, expô-las ou usá-las como meio de sensibilização de outras pessoas, tampouco utilizar casos específicos para tais fins. Os agentes de proteção e promoção dos direitos infantojuvenis devem pensar em outras formas de mobilizar os públicos em prol do enfrentamento, mas, nem sempre eles conseguem encontrar alternativas e recorrem a estratégias ineficazes ou simplesmente silenciam sobre a questão no nível público.

d) *Violência estrutural* – Um dos fatores que mais reforça o silêncio em torno da ESCA são as diversas violências que a envolvem. Como pudemos observar em exploração de campo, a ESCA com frequência se associa a outras práticas clandestinas e criminosas, como a corrupção de agentes públicos (policiais, assistentes sociais, médicos, juízes e até conselheiros tutelares), o tráfico de drogas e armas, formas diversas de crime organizado, entre outras. Fato é que a ESCA não é uma prática isolada. Ela é revestida de um manto de secretismo e clandestinidade que cria obstáculos muito sérios à denúncia e à manutenção desta. Diante desse cenário, as pessoas têm medo de denunciar, e, principalmente, de manter a denúncia, temendo sofrer ameaças e retaliações. As relações de poder coercitivas do crime organizado, do tráfico e da corrupção têm grande potencial de fazer calar, e o fazem. Contribui também para dificultar o combate à prática a pulverização do problema numa grande teia de operações clandestinas, o que faz com que possíveis consequências se deem apenas sobre as partes mais fracas do circuito, diretamente ligadas às vítimas.

e) *Concorrência com outras agendas* – No contexto da trágica miséria do Vale do Jequitinhonha, a ESCA tende a ser considerada um problema de menor gravidade frente às urgências da fome e de outros tipos de violência. A atribuição da própria prática da ESCA à miséria tende a criar um círculo vicioso, tanto por justificar a exploração como forma extrema de obter condições mínimas de sobrevivência, quanto pela ideia de que sua superação só pode acontecer uma vez erradicada a miséria. Esse é um argumento difícil de ser desmontado e nem sempre é abrangido com clareza, pois muitas vezes está inscrito nas entrelinhas do discurso da sociedade. Muitos meninos e meninas entram para o circuito da ESCA pois veem nela uma saída para a fome, um meio de ascender socialmente, de diminuir a pobreza da sua família. Assim, em um contexto onde existem pessoas passando fome, discutir a promoção e proteção de direitos humanos mais avançados e específicos pode tornar-se uma questão de segundo plano.

Diante do exposto, pode-se perceber que muitos são os constrangimentos que perpassam a questão da ESCA no Vale do Jequitinhonha. Assim como Zerubavel (2006) aponta em seus estudos sobre as conspirações de silêncio, o caso da exploração sexual também envolve uma negação social, é atravessada por tabus sociais cristalizados e está inserida em contextos de coerção muito fortes. Todos esses fatores, somados aos que levantamos nesta seção, têm criado obstáculos para o debate sobre a questão o que, conseqüentemente, dificulta que ela se torne um problema que envolva a sociedade como um todo.

Considerações finais

Neste artigo, buscou-se tecer uma reflexão sobre os elementos que obstaculizam a coletivização da ESCA no Vale do Jequitinhonha, tornando-a menos ou mais visível e ordenando uma constelação de engajamentos, de sensibilizações e de mobilizações em seu entorno. Para tanto, foi explorada a literatura sobre a formação e movimentação de públicos em seu entorno, o que forneceu elementos para entender que a emergência de questões problemáticas ao nível de causa pública pode acontecer quando os sujeitos/grupos se sentem afetados por uma situação problema e desenvolvem indagações sobre ela através das trocas comunicativas com outros sujeitos afetados, o que culmina em problematizações e na publicização da mesma.

Entretanto, percebe-se que a literatura sobre o tema pouco aborda os constrangimentos que existem no processo de coletivização, o que dá a entender que os públicos sempre estarão dispostos e livres para desenvolver suas indagações e realizar trocas comunicativas, o que não

reflete a realidade. Sabe-se que existem fatores que cerceiam até mesmo o falar das pessoas, quiçá suas problematizações e exposição de opiniões em público. Este é o caso da ESCA. Ela envolve tabus sociais, negações, silêncios e relações de poder coercitivas – como aquelas estabelecidas pelo adultocentrismo, pelo narcotráfico e pelo crime organizado – que intimidam as pessoas. Em seus estudos, Zerubavel (2006) ressalta que esses fatores implicam os sujeitos num cerco de silêncio e afetam o que eles consideram como problemas sociais o que, ao nosso ver, impacta diretamente na promoção da cidadania da população infantojuvenil.

Tomando esses elementos como base, olhou-se para a questão da ESCA no Vale do Jequitinhonha. Região de grandes contradições, marcada pela rica cultura e pela forte miséria, o Vale do Jequitinhonha também foi apontado pela mídia, após os resultados da CPMI de 2003, como “Vale da Prostituição Infantil”. A questão teve seus anos de “problema público”, movimentando o poder público e a sociedade civil para seu enfrentamento. Todavia, o Vale continua à mercê da exploração e grande parte da sua população ainda se silencia sobre a prática.

As escassas problematizações e ações de combate à ESCA no Vale está intrinsecamente relacionada aos fatores que geram as conspirações de silêncio e, também, está associada à naturalização da prática, ao estigma sociocultural que ela imputa a uma comunidade, à necessidade de se manter a privacidade das vítimas, à violência estrutural que perpassa a exploração e a concorrência com outras agendas políticas “mais importantes” (como do combate à fome e à miséria).

Para que este silêncio seja rompido e o quadro de violações modificado, é crucial que os investimentos em ações de promoção e proteção dos direitos infantojuvenis seja “prioridade absoluta” de fato. É preciso diminuir as vulnerabilidades sociais e combater incessantemente o crime organizado, o tráfico e a corrupção que facilitam a ocorrência da ESCA. Também é necessário um intenso trabalho de mobilização social para que as pessoas entendam que a ESCA não é uma escolha, mas, sim, uma violência decorrente do descaso com os direitos básicos das crianças e dos adolescentes, dentre outros fatores estruturais, e que denunciem. Enfim, é crucial sempre ter em mente que proteger e promover os direitos infantojuvenis, e consequentemente sua cidadania, é dever de todos.

Referências

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: < <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/818585/lei-8069-90>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes. Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes. Brasília: 2000.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. Tradução: Bruno Cardoso. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 2, n. 4, 2009, p. 11-48

_____. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... o que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). Tradução de Rosa Freire d'Aguilar. Novos Estudos CEBRAP, nº 107, março 2017a, pp. 187-213

_____. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... o que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). Tradução de Rosa Freire d'Aguilar. Novos Estudos CEBRAP, nº 108, julho 2017b, pp. 129-142

CONGRESSO NACIONAL. Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Criada por meio do Requerimento nº 02, de 2003-CN, "com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil". Brasília: 2004.

DEWEY, J. The public and its problems. Ohio: Swallow Press Books, 1954.

FERREIRA, S. S. NOB-RH Anotada e Comentada – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

HENRIQUES, M. S. A comunicação e a condição pública dos processos de mobilização social. Revista Açãomidiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós Graduação em Comunicação, Vol 2. Nº 1, ano 2012, pp. 1-12

_____. As organizações e a vida incerta dos públicos. In: MARQUES, A.; OLIVEIRA, I.; LIMA, F. (Org.). Comunicação Organizacional: vertentes conceituais e metodológicas V. 2. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2017.

_____. Comunicação e mobilização social na prática da polícia comunitária. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

HENRIQUES, M. S.; BRAGA, C. S.; SILVA, D. B. C.; MAFRA, R. L. M. Relações Públicas em Projetos de Mobilização Social: funções e características. In: HENRIQUES, M. S. (Org.). Comunicação e Estratégias de Mobilização Social. 3ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HENRIQUES, M. S.; PIMENTA, L. N. Assumindo responsabilidades e reafirmando compromissos: perspectivas e avanços no combate à exploração sexual contra crianças e adolescentes no Vale do Jequitinhonha In: NOGUEIRA, M. D. P. (org.) Vale do Jequitinhonha: Direitos humanos e promoção da cidadania. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2015, v.1, p. 198-225

MAFRA, R. L. Mobilização social e comunicação: por uma perspectiva relacional. Belo Horizonte: Mediação, v. 11, n. 10, jan./jun. de 2010, pp. 105-118

SDH. Direitos humanos de crianças e adolescentes – 20 anos do Estatuto. Brasília, D.F.: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

SILVA, Daniel Reis. Relações Públicas, Ciência e Opinião: lógicas de influência na produção de (in)certezas. (Tese de doutorado). Belo Horizonte: 2017.

ZERUBAVEL, E. The elephant in the room: silence and denial in everyday life. New York: Oxford University Press, 2006